



ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

JUNHO /2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL

JUNHO/2017

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	11
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	25
ARRECADAÇÃO DO ISS	25
SÉRIES HISTÓRICAS	34

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de junho e ao 1º semestre de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 07/07/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 06/07/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de junho e 1º semestre de 2017, em relação a iguais períodos de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 17 de julho de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de junho de 2017 a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.537,5 milhões em valores correntes. No confronto com junho de 2016, aponta-se acréscimo nominal de 8,4%, que corresponde a um acréscimo real de 5,7%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de junho discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 07/07/2017

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	jun/17	jun/16	junho/2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em junho/17
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	630.944	631.165	647.301	-221	-0,04%	-16.357	-2,5%	41,0%
ISS	132.621	117.664	120.672	+14.957	+12,7%	+11.949	+9,9%	8,6%
SIMPLES	30.161	25.257	25.903	+4.904	+19,4%	+4.258	+16,4%	2,0%
IRRF	277.601	193.437	198.382	+84.164	+43,5%	+79.219	+39,9%	18,1%
IPVA	35.664	36.921	37.865	-1.257	-3,4%	-2.201	-5,8%	2,3%
IP TU/TLP	339.802	329.233	337.650	+10.570	+3,2%	+2.153	+0,6%	22,1%
ITBI	30.969	31.765	32.577	-795	-2,5%	-1.607	-4,9%	2,0%
ITCD	9.487	7.727	7.925	+1.760	+22,8%	+1.563	+19,7%	0,6%
Outras Taxas	6.562	6.791	6.965	-229	-3,4%	-403	-5,8%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.493.812	1.379.958	1.415.237	+113.853	+8,3%	+78.574	+5,6%	97,2%
Dívida Ativa	25.560	22.318	22.889	+3.242	+14,5%	+2.671	+11,7%	1,7%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	8.879	6.979	7.157	+1.900	+27,2%	+1.722	+24,1%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	9.238	9.659	9.906	-421	-4,4%	-668	-6,7%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	43.676	38.956	39.952	+4.720	+12,1%	+3.724	+9,3%	2,8%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.537.488	1.418.914	1.455.189	+118.573	+8,4%	+82.299	+5,7%	100,0%

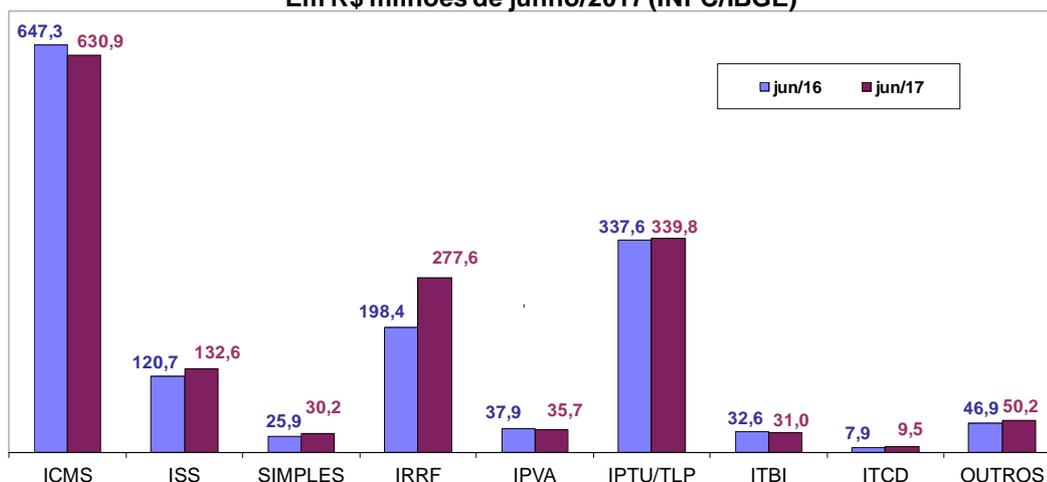
Fonte: SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em junho de 2017 frente a junho de 2016, destacam-se os acréscimos de 39,9% verificados no IRRF (+R\$ 79,2 milhões) e de 9,9% no ISS (+R\$ 11,9 milhões).

Por outro lado, foram verificadas reduções de 2,5% no ICMS (-R\$16,4 milhões), tributo de maior representatividade, e de 5,8% no IPVA (-R\$ 2,2 milhões).

Se a receita do IRRF fosse excluída da comparação, o total das receitas de origem tributária apresentaria acréscimo nominal de 2,8% e real de 0,2% em junho de 2017.

**Arrecadação em junho/2017 contra junho/2016
Em R\$ milhões de junho/2017 (INPC/IBGE)**



No resultado acumulado no 1º semestre de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 7.667,7 milhões em valores correntes, o que representa aumento nominal de 3,8%, correspondente a um decréscimo real de 0,2% em relação ao mesmo período de 2016. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

**DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017
Dados SIGGO em 07/07/2017**

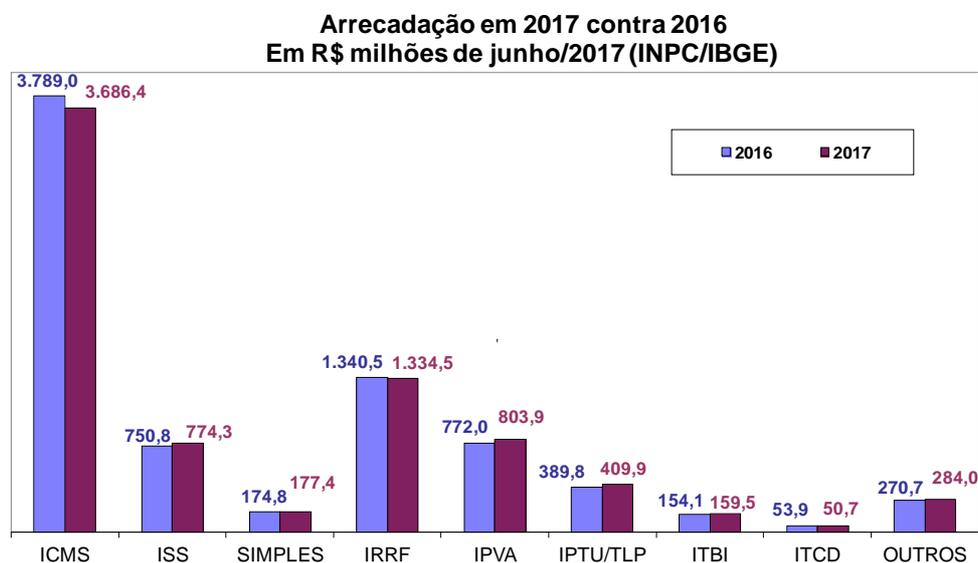
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2017 (a)	2016 (b)	2017 pelo INPC/IBGE (c)	2016 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	3.679.703	3.634.176	3.686.387	3.789.050	+45.527	+1,3%	-102.662	-2,7%	48,0%
ISS	772.779	719.841	774.264	750.802	+52.938	+7,4%	+23.462	+3,1%	10,1%
SIMPLES	177.099	167.484	177.438	174.818	+9.615	+5,7%	+2.620	+1,5%	2,3%
IRRF	1.332.709	1.286.714	1.334.524	1.340.457	+45.996	+3,6%	-5.932	-0,4%	17,4%
IPVA	802.009	740.364	803.927	771.994	+61.645	+8,3%	+31.933	+4,1%	10,5%
IPTU/TLP	409.808	379.220	409.870	389.816	+30.587	+8,1%	+20.055	+5,1%	5,3%
ITBI	159.311	148.139	159.546	154.127	+11.172	+7,5%	+5.420	+3,5%	2,1%
ITCD	50.639	51.593	50.704	53.936	-955	-1,9%	-3.232	-6,0%	0,7%
Outras Taxas	40.569	41.379	40.618	43.047	-810	-2,0%	-2.430	-5,6%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	7.424.626	7.168.910	7.437.279	7.468.045	+255.716	+3,6%	-30.766	-0,4%	96,8%
Dívida Ativa	147.470	134.955	147.661	140.459	+12.516	+9,3%	+7.202	+5,1%	1,9%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	46.885	40.549	46.944	42.184	+6.337	+15,6%	+4.761	+11,3%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	48.685	43.246	48.767	45.011	+5.439	+12,6%	+3.755	+8,3%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	243.041	218.750	243.372	227.654	+24.291	+11,1%	+15.718	+6,9%	3,2%
Total da Arrecadação (A) + (B)	7.667.667	7.387.660	7.680.651	7.695.699	+280.007	+3,8%	-15.048	-0,2%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Na comparação acumulada no 1º semestre de 2017 com correspondente período de 2016, destacam-se acréscimos reais de 4,1% do IPVA (+R\$ 31,9 milhões), de 3,1% do ISS (+R\$ 23,5 milhões) e de 5,1% do IPTU/TLP (+R\$ 20,1 milhões). Por outro lado, foram registradas quedas reais

de arrecadação dos tributos de maior representatividade, de 2,7% do ICMS (-R\$ 102,7 milhões) e de 0,4% do IRRF (-R\$ 5,9 milhões).



Excluindo a receita do IRRF, o total das receitas de origem tributária apresentaria acréscimo nominal de 3,8% e decréscimo real de 0,1% no período de janeiro a junho de 2017.

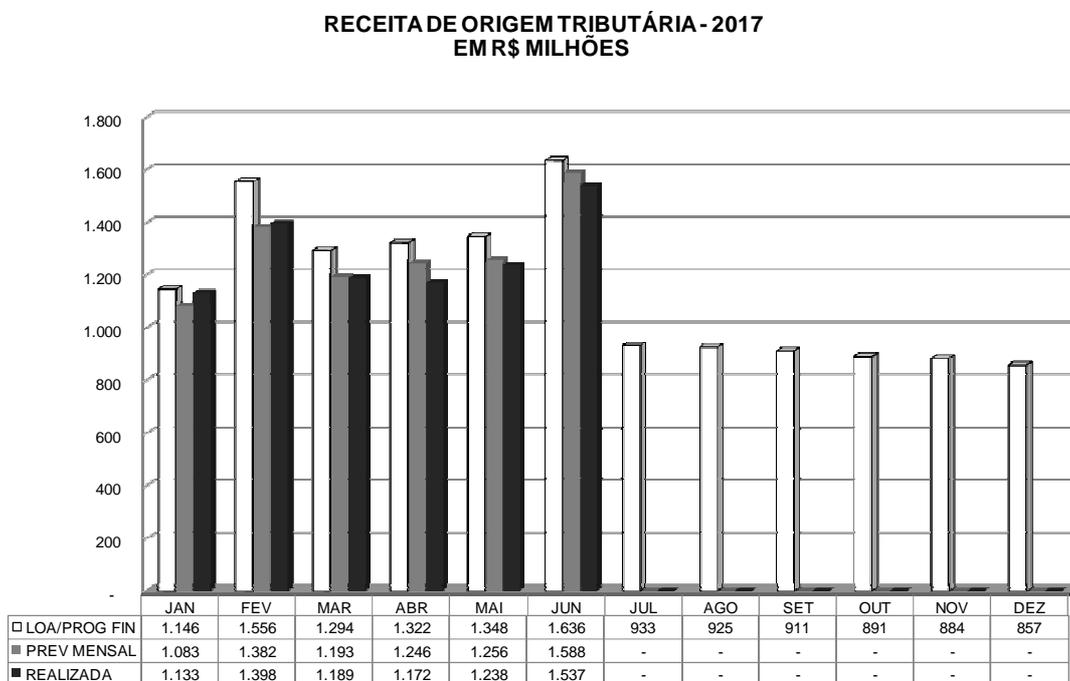
O Índice FipeZap, que acompanha o preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras, apresentou recuo de 0,15% entre maio e junho de 2017. Trata-se do quarto mês consecutivo com redução nominal de preços no ano, resultando em uma queda nominal de 0,23% em 2017. Individualmente, 13 das 20 cidades pesquisadas apresentaram recuo nominal no preço de venda entre maio e junho, com destaque para São Caetano do Sul (-0,76%), Distrito Federal (-0,60%) e Rio de Janeiro (-0,49%). Observa-se ainda que o acumulado do ano no Distrito Federal também apresentou queda (-0,99%).

Considerando os últimos 12 meses, o Índice FipeZap registra alta de 0,31%, face à inflação acumulada de +3,08% para o período. Nesse período, nove das 20 cidades pesquisadas apresentam recuo nominal no preço de venda, sendo o Distrito Federal um dos destaques (-1,92%).

Em junho, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.668/m², aparecendo o Distrito Federal com o terceiro maior valor médio (R\$ 8.385).

Apesar das quedas nominais do índice mensal e acumulado no ano no Distrito Federal, a arrecadação do ITBI continua apresentando resultado positivo, com aumento real de 3,5% (R\$ 5,4 milhões) no 1º semestre de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/Programação Financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.



A receita realizada em junho de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 50,2 milhões, o que corresponde a um desvio negativo de 3,2% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de junho, houve frustração de R\$ 98,9 milhões. Foram discriminados os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, sendo que os tributos que apresentaram os desvios negativos mais relevantes foram o

ICMS, IPTU/TLP e o IRRF, correspondentes a R\$ 60,2 milhões, R\$ 39,4 milhões e R\$ 25,0 milhões, respectivamente, conforme quadro abaixo.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JUNHO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	604.065	691.098	630.944	26.879	(60.155)
ISS	128.827	128.576	132.621	(1.930)	(1.906)
SIMPLES	32.091	32.067	30.161	(1.930)	(1.906)
IRRF	302.590	302.590	277.601	(24.989)	(24.989)
IPVA	73.997	22.235	35.664	(38.333)	13.429
IPTU/TLP	358.273	379.190	339.802	(18.471)	(39.388)
ITBI	31.321	28.477	30.969	(352)	2.492
ITCD	7.427	8.912	9.487	2.060	576
OUTRAS TAXAS	6.855	8.293	6.562	(293)	(1.731)
RECEITA TRIB TOTAL	1.545.447	1.601.438	1.493.812	(51.635)	(107.626)
DÍVIDA ATIVA	24.779	25.042	25.560	781	518
M/J DÍVIDA ATIVA	7.712	4.812	8.879	1.167	4.066
M/J TRIBUTOS	9.744	5.080	9.238	(506)	4.157
TOTAL OUTRAS REC	42.234	34.934	43.676	1.442	8.742
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.587.681	1.636.372	1.537.488	(50.193)	(98.884)

No acumulado do 1º semestre de 2017, houve desvio negativo de realização frente à previsão mensal de R\$ 80,1 milhões, explicado em larga medida pelos desvios negativos ocorridos com o IRRF (-R\$ 125,7 milhões) e com o ICMS (-R\$ 35,3 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o IPVA (+R\$ 87,9 milhões) e Multas e Juros da Dívida Ativa (+R\$ 11,0 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista acumulada no 1º semestre de 2017 na LOA/Programação Financeira em relação à receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 634,0 milhões. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 388,5 milhões), no IRRF (-R\$ 125,7 milhões) e no IPVA (-R\$ 68,3 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,49% utilizado na previsão mensal de junho de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF (FEF/DF) contribuem para o desvio observado. Quanto ao IPVA, a mudança de calendário de pagamento do imposto em 2017 explica o desvio obtido.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A JUNHO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	3.715.016	4.068.235	3.679.703	(35.312)	(388.531)
ISS	777.446	777.811	772.779	(4.667)	(5.032)
SIMPLES	193.683	199.752	177.099	(16.584)	(22.653)
IRRF	1.458.406	1.458.406	1.332.709	(125.697)	(125.697)
IPVA	714.135	870.271	802.009	87.874	(68.262)
IPTU/TLP	409.991	437.290	409.808	(183)	(27.482)
ITBI	177.946	174.576	159.311	(18.636)	(15.266)
ITCD	44.485	52.493	50.639	6.153	(1.854)
OUTRAS TAXAS	41.891	43.544	40.569	(1.322)	(2.975)
RECEITA TRIB TOTAL	7.533.000	8.082.377	7.424.626	(108.374)	(657.751)
DÍVIDA ATIVA	138.762	146.704	147.470	8.708	767
M/J DÍVIDA ATIVA	35.927	42.082	46.885	10.958	4.803
M/J TRIBUTOS	40.093	30.510	48.685	8.593	18.175
TOTAL OUTRAS REC	214.782	219.296	243.041	28.259	23.744
TOTAL DA ARRECAÇÃO	7.747.782	8.301.674	7.667.667	(80.115)	(634.007)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro abaixo resume os indicadores econômicos considerados como relevantes na elaboração do presente relatório.

Indicador	Unidade	Fonte	mai/16	abr/17	mai/17	acum. ano	últ. 12 meses	Projeção 2017
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,78%	0,14%	0,31%	1,42%	3,60%	3,38%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,45%	0,54%	0,24%	1,46%	4,40%	nd
SELIC - Meta (2)	Em % a.a.	BACEN	14,25%	11,25%	10,25%	nd	nd	8,25%
PIB BRASIL (1)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN	nd	0,01	nd	nd	nd	0,34%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	-0,51%	0,15%	-0,51%	-0,10%	-2,22%	nd
Taxa de desemprego no DF	Em %	CODEPLAN	17,8%	20,5%	20,4%	nd	nd	nd
Índice FipeZap Ampliado (preço venda imóvel resid.)	variação %	Fipe	-0,03%	-0,01%	-0,15%	-0,08%	0,46%	nd
Índice FipeZap DF (preço venda imóvel residencial)	variação %	Fipe	0,14%	-0,11%	-0,60%	-0,40%	-1,43%	nd
Preço médio imóvel residencial anunciado DF	R\$/m²	Fipe	8.578	8.435	8.385	nd	nd	nd
Venda combustíveis DF	var % mês/mês ant	ANP	0,60%	-10,19%	9,24%	-0,74%	-3,41%	nd
Produção industrial Brasil (1)	var % mês/mês ant	IBGE	0,00%	0,60%	0,80%	0,50%	-2,4%	0,84%
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	0,9%	1,7%	-1,2%	1,1%	0,2%	nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	nd	0,4%	nd	-1,4%	-3,9%	nd
Índice Antecedente de Vendas (IAV-IDV)	var % mês/mês ano ant.	IDV (21)	-10,6%	0,6%	nd	nd	nd	nd
Consumo de energia elétrica (região CO)	MWh	EPE	-6,08%	2,45%	-1,48%	-0,15%	-1,80%	nd
Veículos licenciados no Brasil (22)	var % mês/mês ant	Fenabreve	2,79%	-17,05%	24,65%	1,57%	-9,29%	0
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv	1,79%	-26,68%	31,85%	-2,55%	-12,79%	nd

Notas: (1) Projeção para 2017 divulgada em 10/07/2017;

(2) Projeção para 2017 divulgada em 10/07/2017. Fator acumulado para o realizado em 2017 e nos últimos 12 meses.

PIB

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a mediana das expectativas para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, divulgada no Boletim Focus de 10/07/2017, voltou a cair, de expansão de 0,39% para 0,34%. Essa queda sinaliza um tímido mas significativo crescimento após dois anos seguidos de fortes retrações do PIB (3,6% em 2016 e 3,8% em 2015). Para 2018 foi mantida a projeção de crescimento de 2%.

IBC-Br

Em 14/07/2017 o Banco Central (BC) divulgou que o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) marcou uma inesperada retração de 0,51% em maio, confirmando a trajetória errática apresentada pela economia brasileira, já que o indicador registrou expansão em janeiro (+0,51%), fevereiro (+1,35%) e abril (+0,15%), tendo recuado em março e maio deste ano (-0,46% e -0,51%, respectivamente).

O resultado ficou abaixo do piso das estimativas feitas pelas 24 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo jornal Valor Econômico, que variavam entre decréscimo de 0,1% e avanço de 0,6%. A média dos prognósticos sugeria expansão de 0,3% para o indicador.

Na média móvel trimestral, indicador utilizado para captar tendência, o IBC-Br, sem ajuste, completa o terceiro mês de variação positiva, com alta de 1,51% em maio. Com ajuste, há queda de 0,28% em maio, ante o trimestre encerrado em abril, após quatro meses de alta. No trimestre encerrado em maio sobre aquele encerrado em fevereiro há alta de 0,53%.

IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado o índice oficial de inflação, mede a inflação para as famílias com rendimentos mensais entre um e 40 salários mínimos. A estimativa mediana para a variação do IPCA, divulgada no dia 10 no relatório Focus do Banco Central, caiu de 3,46% para 3,38%. Foi a sexta queda seguida da estimativa.

Com isso, manteve-se a expectativa de que a inflação deste ano ficará abaixo da meta central estabelecida, que é de 4,5%, o que não acontece no Brasil desde 2009. A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e deve ser perseguida pelo Banco Central que, para alcançá-la, eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Em 07/07/2017 o IBGE divulgou que o IPCA teve deflação de 0,23% no mês de junho, a primeira em 11 anos. A última vez que o índice teve variação

negativa foi em junho de 2006, quando a taxa caiu 0,21%. Essa foi a maior deflação desde agosto de 1998, quando a taxa atingiu -0,51%.

SELIC

Em 31/05/2017 o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu reduzir a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, de 11,25% para 10,25% ao ano. Com esse corte na taxa, o sexto seguido, a taxa real do Brasil soma 4,30% ao ano, perdendo assim a liderança do ranking mundial de juros reais para a Rússia, que apresenta juros reais de 4,57% ao ano. No entanto, cumpre observar que nas 40 economias pesquisadas a taxa média está negativa em 0,2% ao ano.

Os economistas das empresas e instituições do mercado financeiro consultados pelo BC baixaram sua previsão para a Selic de 8,5% para 8,25% ao ano no fechamento de 2017. Ou seja, os analistas passaram a estimar uma redução mais forte dos juros neste ano.

Para o fechamento de 2018, a estimativa dos economistas dos bancos para a taxa Selic recuou de 8,25% para 8% ao ano. Com isso, estimaram que os juros terão queda maior também no ano que vem.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. A instituição tem de calibrar os juros para atingir índices pré-determinados pelo sistema de metas de inflação brasileiro. Taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços. Entretanto, ao reduzir o consumo, o nível de atividade econômica é reduzido, acarretando aumento do desemprego.

TAXA DE DESEMPREGO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, no Brasil a taxa de desemprego ficou em 13,3% no trimestre encerrado em maio de 2017, equivalente a 13,77 milhões de desempregados, o que representa alta de 20,4% em relação a igual

período de 2016, quando o desemprego atingia 11,2%. A Pnad Contínua verifica o desemprego em todas as regiões brasileiras.

No entanto, comparado ao trimestre encerrado em abril, quando a taxa de desemprego foi de 13,6% e 14 milhões era o número de desempregados, houve queda em ambos os casos.

No Distrito Federal a taxa de desemprego total apresentou relativa estabilidade, ao passar de 20,5% em abril para 20,4% em maio, tendo sido estimado em 338 mil o número total de desempregados, um aumento de 2 mil pessoas em relação ao mês anterior. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) divulgada em 29/06 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), os setores que mais empregaram no último mês foram o de serviços (2,2%) e o de comércio (1,3%).

Entre maio de 2016 e maio de 2017, a taxa de desemprego total passou de 17,8% para 20,4%, sendo estimado um acréscimo de 62 mil pessoas ao contingente de desempregados no período em análise.

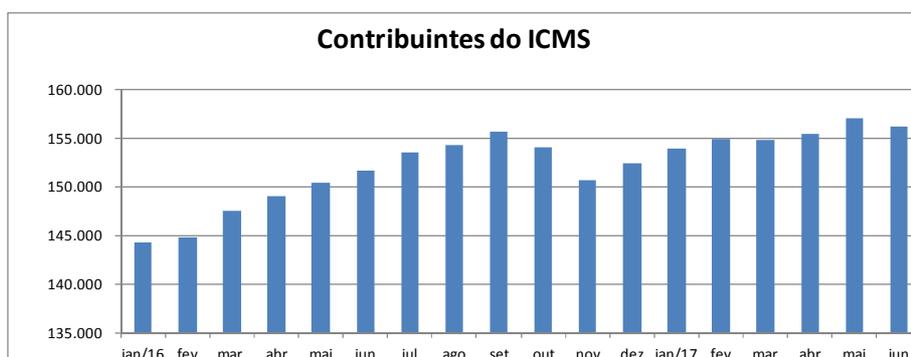
ARRECAÇÃO DO ICMS

No mês de junho de 2017 a receita do ICMS registrou o ingresso de R\$ 630,9 milhões em valores correntes, ficando em termos nominais no mesmo nível do observado em junho de 2016, contudo apresentando queda real de 2,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do primeiro semestre de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 3.679,7 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 1,3%, mas decréscimo real de 2,7% em relação ao mesmo período de 2016.

Em junho de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 156.174 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. De acordo com a ilustração abaixo, até setembro de 2016 houve sucessivos incrementos de contribuintes no cadastro do ICMS. Em outubro e novembro de 2016, fortes quedas e subsequente retomada de inscrições. Em junho de 2017 houve a segunda retração mensal do ano, com

decréscimo de 892 contribuintes em relação a maio de 2017, que corresponde a uma redução de 0,57%.



Em junho de 2017, 87,3% do total de inscritos estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.715 e 90.698 contribuintes, respectivamente, tratando-se da maior participação cadastral desses regimes no ICMS desde novembro de 2016.

Observam-se dois movimentos importantes para os principais regimes de tributação do ICMS: redução expressiva de 2.119 inscrições do Regime Normal de Apuração e suavização dessa queda pelo aumento de registros dos Regimes Simplificados, com destaque para o aumento de 841 contribuintes nas modalidades SIMEI e de 360 contribuintes no Simples Nacional.

Essas mudanças no quadro cadastral contemplaram todas as regiões administrativas, sendo que as principais involuções se deram nas agências de Brasília e do SIA, seguidas pela circunscrição de Taguatinga.

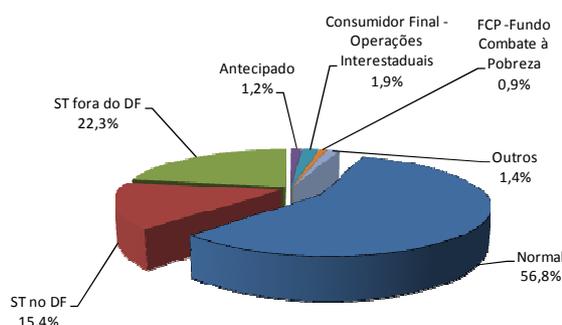
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	13	5	3		1	1	1	32
2) Regime Normal de Apuração	549	3.477	1.187	1.875	1.208	449	2.223	589	3.283	149	14.989
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	5	209	5	115	1	2	49	2	48		436
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13				1		5	20
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.236	15.631	13.486	32	13.424	5.489	8.118	5.668	21.648	1.998	90.698
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.115	11.340	4.660	946	4.651	1.943	5.896	2.324	12.113	641	45.715
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				63							946
10) Telecomunicações-Centralizada				7							63
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	7	13	9	3.198	5		2		5		3.239
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			1		1		4
TOTAL	7.913	30.674	19.352	6.288	19.294	7.886	16.290	8.584	37.104	2.789	156.174
PARTICIPAÇÃO	5,07%	19,64%	12,39%	4,03%	12,35%	5,05%	10,43%	5,50%	23,76%	1,79%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	-0,29%	-0,82%	-0,46%	0,42%	-0,48%	-0,28%	-0,82%	-0,57%	-0,65%	-0,36%	-0,57%

Fonte: CCALT/SUREC, em 30/06/2017.

Analisando a composição do ICMS por situação de recolhimento em junho de 2017 constata-se que a maior participação no total da receita do

imposto continua sendo do Regime Normal, com 56,8%, seguido do total da Substituição Tributária fora e no DF, com 37,7%, representando quase 95% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento junho de 2017



Delineando o decréscimo real de R\$ 16,4 milhões na receita total do ICMS em junho de 2017 na comparação com junho de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, depreende-se que a queda real de R\$ 42,0 milhões registrada no ICMS Normal influenciou o desempenho negativo do imposto para o mês, ao superar os acréscimos na substituição tributária interna e externa, que juntas totalizaram aumento real de R\$ 29,2 milhões. Ademais, registraram quedas o ICMS Antecipado (-R\$ 2,2 milhões) e as Operações Interestaduais de Comércio Eletrônico destinadas a Consumidor Final (-R\$ 1,3 milhão).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (jun/17)
	jun/17	jan -jun/17	jun/16	jan -jun/16		
Normal	358.623	2.160.287	400.610	2.355.592	-10,5%	56,8%
ST no DF	97.040	511.011	84.444	462.456	14,9%	15,4%
ST fora do DF	140.803	787.295	124.225	728.746	13,3%	22,3%
Antecipado	7.673	43.393	9.862	85.158	-22,2%	1,2%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	12.232	102.982	13.485	66.417	-9,3%	1,9%
FCP ²	5.552	29.307	5.546	29.997	0,1%	0,9%
Outros ³	9.020	52.113	9.127	60.683	-1,2%	1,4%
Total da Arrecadação	630.944	3.686.387	647.301	3.789.050	-2,5%	100,0%

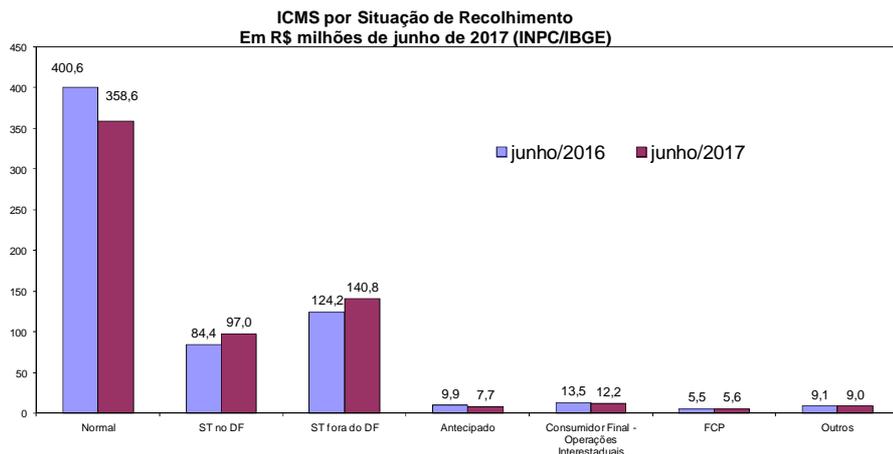
Fonte: SIGGO (10/05/2017) e ClickView (05/05/2017) - FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INFC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

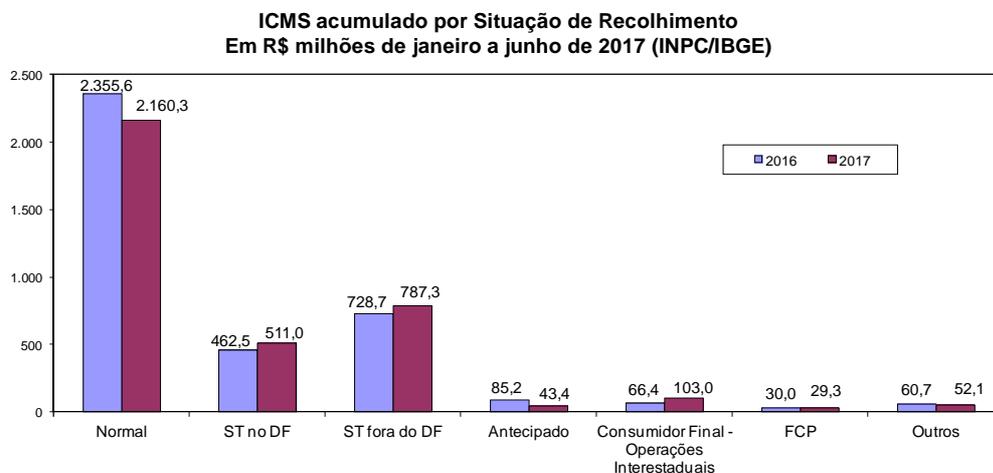
3. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, energia elétrica, transporte e comunicação.

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de junho de 2017 com igual mês de 2016.

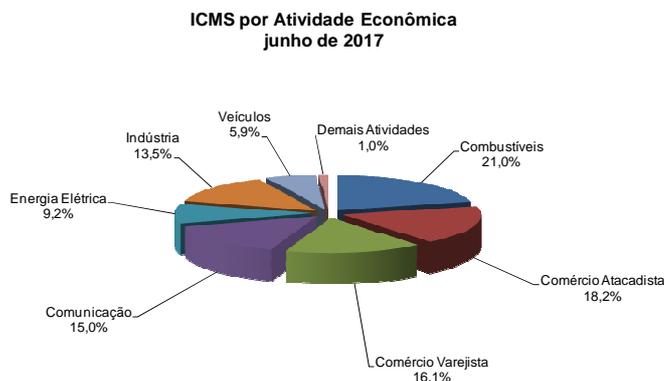


Quanto à análise acumulada no ano de 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R\$ 102,6 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. Alinhado com o comportamento apresentado na apuração mensal, constataram-se perdas reais no ICMS Normal (-R\$ 195,3 milhões) e Antecipado (-R\$ 41,8 milhões), ao passo que contabilizaram expansões as modalidades Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 58,5 milhões), Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 48,6 milhões) e Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 36,6 milhões).

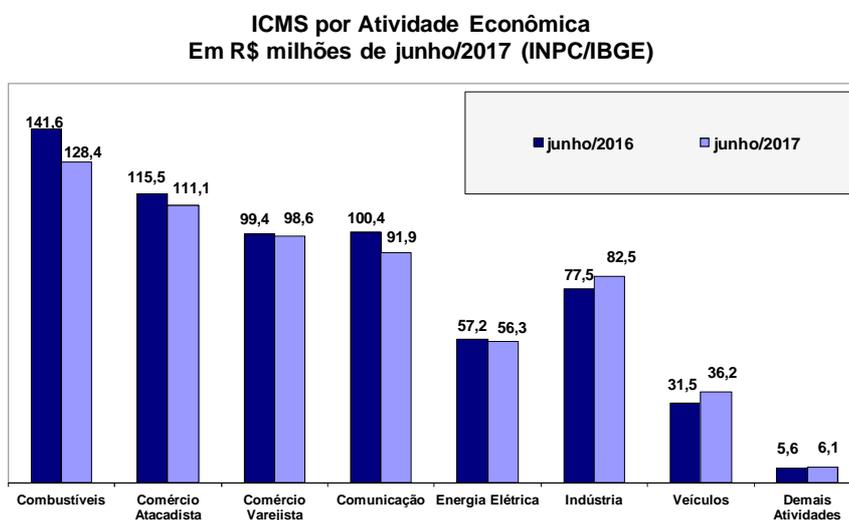
A figura seguinte ilustra a comparação acumulada de janeiro a junho de 2017 frente a igual período de 2016.



No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em junho de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis (21,0%), seguido pelos Comércios Atacadista e Varejista e Comunicação, com 18,2%, 16,1% e 15,0%, respectivamente.

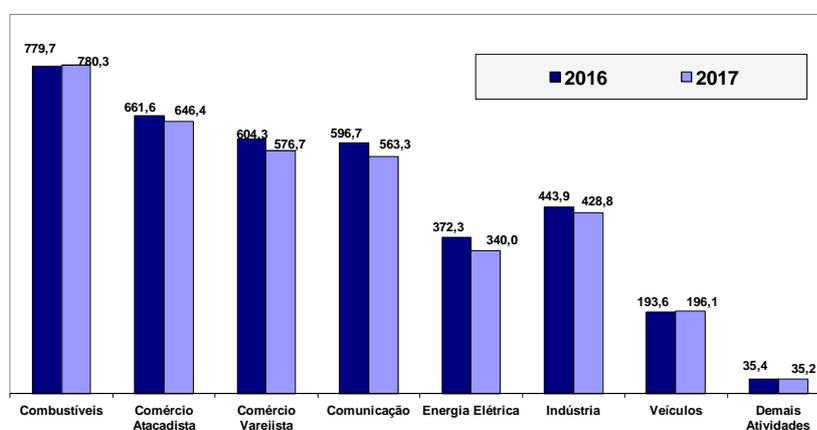


Na avaliação do desempenho real da receita de junho de 2017 frente a correspondente mês de 2016 depreende-se que as quedas consignadas nos segmentos de maior representatividade na receita do ICMS acabaram por determinar o desempenho negativo do imposto. Dentre as principais quedas destacam-se as registradas em Combustíveis (-R\$ 13,2 milhões), Comunicação (-R\$ 8,5 milhões) e Comércio Atacadista (-R\$ 4,4 milhões). Por outra feita contabilizaram expansões reais o segmento industrial (+R\$ 5,0 milhões) e veículos (+R\$ 4,7 milhões)



Quanto ao desempenho acumulado do primeiro semestre de 2017 em relação a igual período de 2016, auferiram desempenhos positivos apenas os segmentos de Veículos (+R\$ 2,4 milhões) e Combustíveis (+R\$ 542,1 mil). As maiores perdas reais se deram em Comunicação (-R\$ 33,4 milhões), Energia Elétrica (-R\$ 32,3 milhões) e Comércio Varejista (-R\$ 27,7 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a abr)
Em R\$ milhões de junho/2017 (INPC/IBGE)



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para o mês de junho de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos primeiros semestres de 2017 e de 2016; suas variações reais, mensal e acumulada; e a composição da arrecadação em junho de 2017.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹							
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (junho/2017)
	jun/17	jan-jun/17	jun/16	jan-jun/16	jun/17	jan-jun/17	
					jun/16	jan-jun/16	
Combustíveis	128.352	780.253	141.573	779.711	-9,3%	0,1%	21,0%
Comércio Atacadista	111.122	646.446	115.474	661.576	-3,8%	-2,3%	18,2%
Comércio Varejista	98.565	576.661	99.404	604.339	-0,8%	-4,6%	16,1%
Comunicação	91.923	563.321	100.428	596.694	-8,5%	-5,6%	15,0%
Energia Elétrica	56.332	340.043	57.151	372.324	-1,4%	-8,7%	9,2%
Indústria	82.455	428.794	77.478	443.947	6,4%	-3,4%	13,5%
Veículos	36.211	196.079	31.521	193.626	14,9%	1,3%	5,9%
Demais Atividades	6.146	35.170	5.641	35.431	9,0%	-0,7%	1,0%
TOTAL	611.107	3.566.766	628.670	3.687.648	-2,8%	-3,3%	100,0%

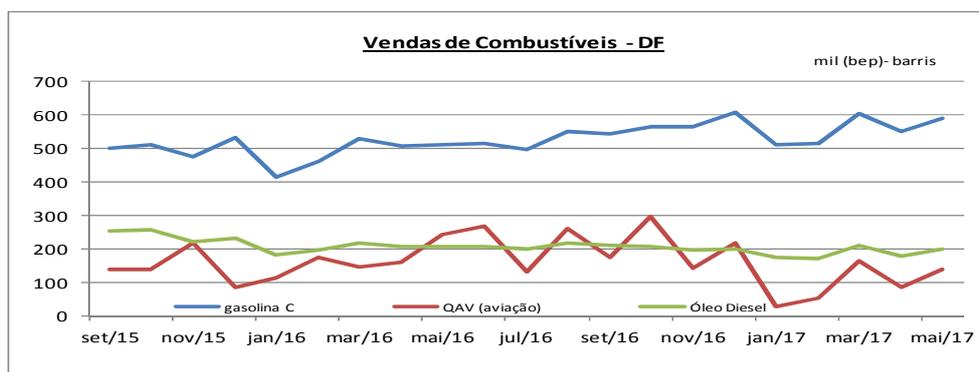
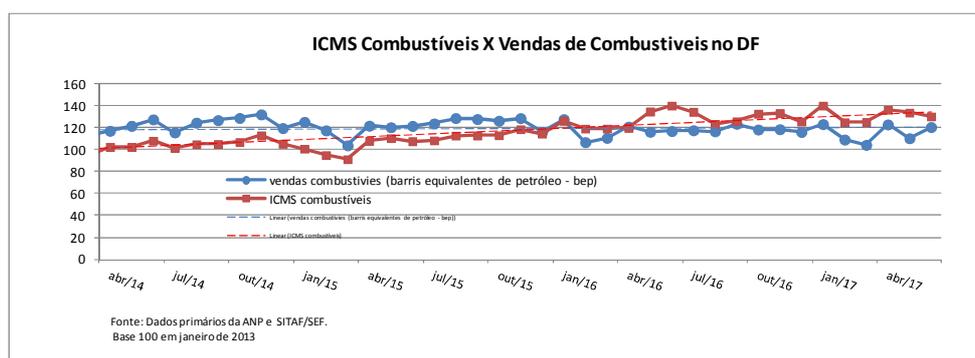
Fonte: SITAF.
Notas: 1. Valores sem incentivado.
2. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

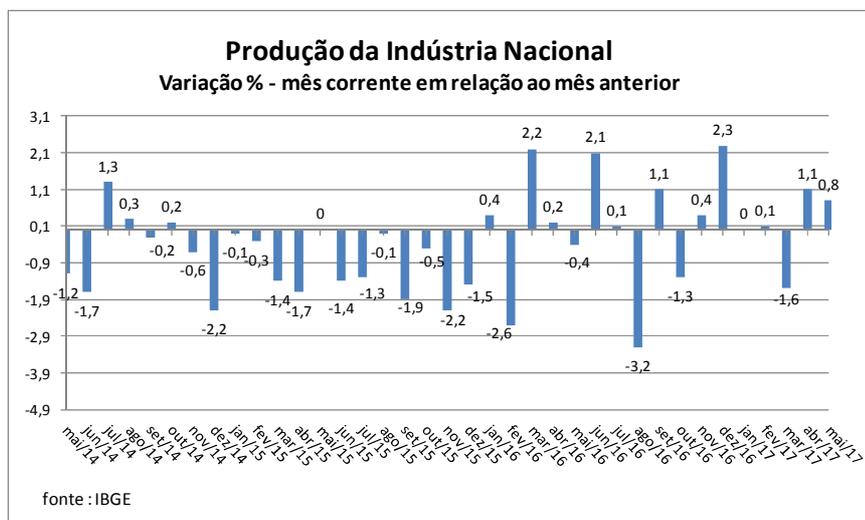
Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de junho, observa-se pela primeira vez no ano divergência entre os indicadores, com crescimento para vendas e queda de recolhimentos do ICMS, possivelmente decorrente da redução de preços. Vale salientar que houve expansões nas vendas dos principais combustíveis.



Quanto à arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela acima, apesar do resultado de queda de 9,3% para o mês de junho de 2017, registra-se expansão de 0,1% no desempenho acumulado de 2017.

INDÚSTRIA

A produção da indústria brasileira cresceu pelo segundo mês consecutivo, com expansão de 0,8% em maio frente a abril, feitos os ajustes sazonais, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Foi o melhor resultado para maio na comparação mensal desde 2011, quando a atividade cresceu 2,7%. De janeiro a maio a indústria avançou 0,5%. Nos 12 meses encerrados em maio houve baixa de 2,4%, melhor resultado do que o decréscimo de 3,6% nos 12 meses imediatamente anteriores, caracterizando possível recuperação para o segmento.



O aumento de produção entre abril e maio atingiu 17 dos 24 ramos analisados pelo IBGE. Na série com ajuste sazonal, a principal influência positiva foi registrada por veículos automotores, reboques e carrocerias, que avançou 9,0%, influenciado, em grande parte, pela maior fabricação de automóveis e caminhões. Outras contribuições positivas importantes, de acordo com o instituto, sobre o total da indústria, vieram de perfumaria,

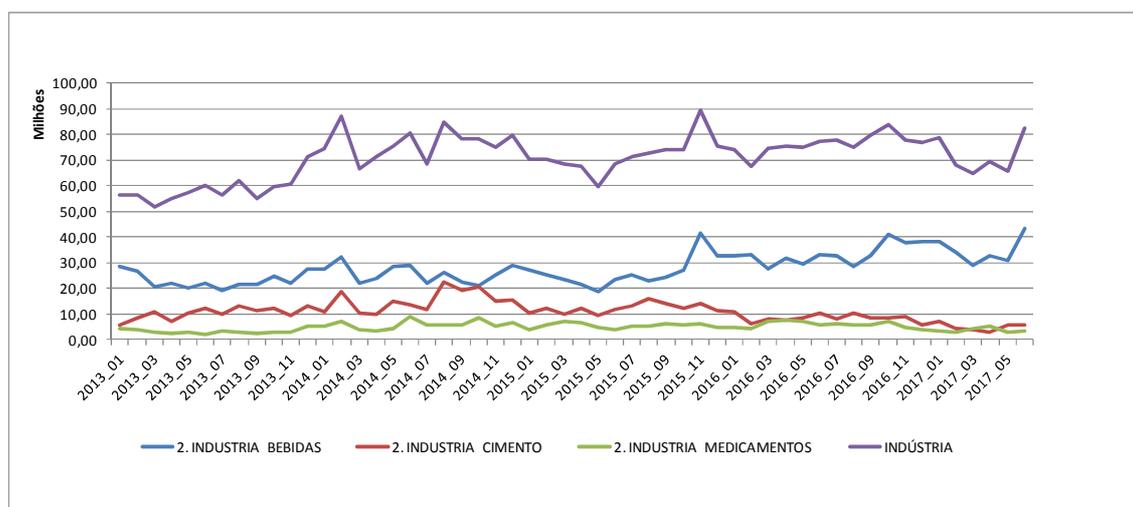
sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (4%) e de produtos alimentícios (2,7%).

Na comparação com maio de 2016 a produção industrial subiu 4%, revertendo expressiva queda de 4,3% (dado revisado) em abril, com resultados positivos disseminados em todas as quatro grandes categorias econômicas, 18 dos 26 ramos pesquisados pela PIM-PF, 51 dos 79 grupos e 59,0% dos 805 produtos pesquisados. Vale ressaltar que, no resultado desse mês, verifica-se a influência do efeito-calendário, já que maio de 2017 teve um dia útil a mais do que igual mês do ano anterior.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), após cair 3,1% em abril deste ano, em maio o faturamento real da indústria brasileira aumentou 5,5% em comparação ao mês anterior. Já em relação ao mesmo mês de 2016, o crescimento foi de 2,5%. Apesar disso, se forem somados os resultados dos cinco primeiros meses de 2017, a indústria continua amargando um faturamento 5,7% menor que o registrado no mesmo período de 2016.

No DF, alinhado com a expansão mensal e contração no acumulado do ano do setor em âmbito nacional, a arrecadação do ICMS do segmento Indústria cresceu 12,5% no mês de junho de 2017 na comparação com junho de 2016, e apresentou queda de 9,0% no acumulado do primeiro semestre.

O gráfico seguinte apresenta a arrecadação do ICMS Indústria no DF, evidenciando os principais ramos. Observa-se que o segmento de bebidas apresenta forte expansão de recolhimentos em 2017 (+R\$ 20,3 milhões), enquanto os ramos de cimento (-R\$ 21,6 milhões) e medicamentos (-R\$ 15,0 milhões) apresentam baixas de recolhimentos.



Em 07/07/2017 a CNI divulgou em seu Informe Conjuntural que sua expectativa de expansão do PIB industrial, neste ano, recuou de 1,3% para 0,5%. Mesmo com a queda da previsão, caso a expansão se confirme será o primeiro resultado positivo da indústria desde 2013.

VEÍCULOS

Em maio último a venda de automóveis, caminhões e ônibus aumentou 16,7% na comparação com o mesmo mês do ano passado, num total de 195,5 mil unidades, conforme dados divulgados em 01/6 pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave). Com 190,1 mil unidades, os segmentos de automóveis e comerciais leves puxaram o crescimento, uma vez que essas categorias, somadas, registraram aumento de 17,26%.

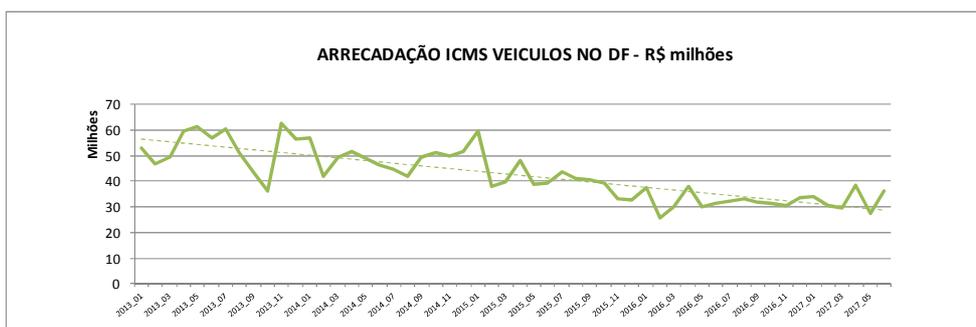
Considerando todos os tipos de veículos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros), o licenciamento de 285,8 mil unidades registrou avanço de 7,98% na comparação com maio de 2016.

Quanto à comparação do primeiro semestre de 2017 com o mesmo período de 2016, a venda de veículos novos cresceu 4,25%, segundo a Fenabrave. É a primeira vez que o setor registra expansão de vendas para um semestre desde 2013. Contudo, em junho de 2017 foram vendidos 189.229 automóveis, comerciais leves (furgões e picapes), caminhões e

ônibus, contra 190.122 em maio de 2017, resultado bem próximo considerando-se que no mês de junho houve um dia útil a menos que maio.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa mensal divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) feita com base nos emplacamentos registrados pelo Detran-DF, o aumento nas vendas de carros novos durante o mês de maio foi de 31,85% em relação ao mês de abril. O levantamento apontou que em maio foram comercializadas 5.895 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus) ante 4.471 em abril. Ao comparar as vendas de maio de 2017 com igual período de 2016, registra-se um acréscimo de 15,45% no DF, quase igual ao incremento observado no Brasil, de aproximadamente 16,76%.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no DF, foi verificado acréscimo de 14,9% em junho de 2017 comparado com o mesmo mês de 2016. Na comparação dos seis primeiros meses de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, também houve acréscimo real de 1,3%. Conforme indica a ilustração abaixo, a arrecadação do setor mostra também recuperação em junho ante a queda de maio, aparentando possível reversão da tendência declinante de longo prazo.



ENERGIA

O consumo de energia elétrica no país alcançou 37.955 gigawatts-hora (GWh) em maio, decréscimo de 1,5% frente ao mesmo mês do ano passado, conforme informação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). No acumulado em doze meses, o consumo nacional de energia ficou estável.

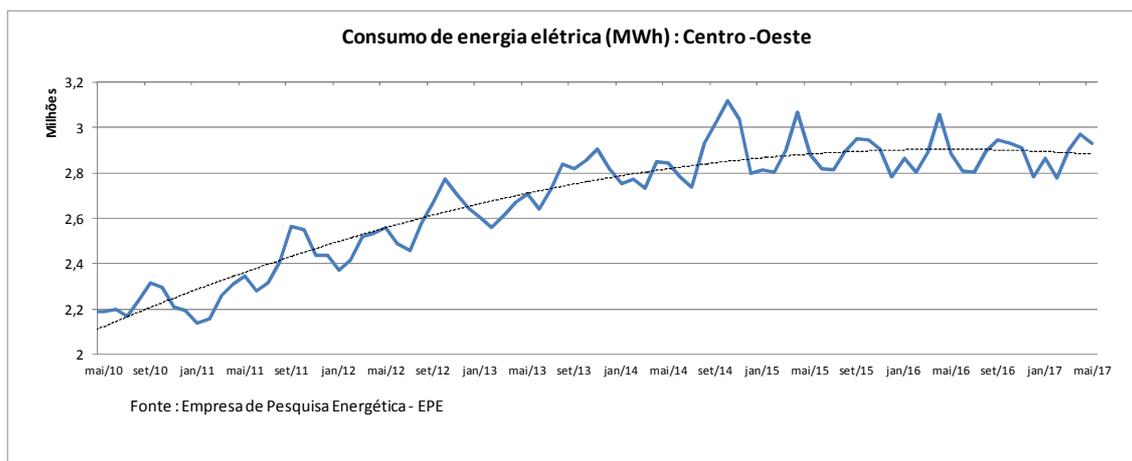
De acordo com sua Resenha Mensal, o setor de fabricação de produtos de minerais não-metálicos continuou enfraquecido em maio (-6,9%), merecendo destaque o declínio na produção de cimento no Distrito Federal (-27,7%), onde também constatou-se queda de 3,1% para o consumo da classe comercial.

No corte da indústria por região, enquanto Sul (+2,5%), Centro-Oeste (+1,7%) e Norte (+0,8%) registraram aumento no consumo de energia elétrica em maio de 2017, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, verificaram-se quedas no Nordeste (-10,3%) e no Sudeste (-3,0%). Observa-se na ilustração seguinte que, apesar do resultado positivo da região Centro-Oeste, o consumo tende de estável a uma ligeira queda.

Para o ramo industrial apurou-se recuo de 2,5% no mês de maio de 2017 ante igual mês de 2016. Apesar de o indicador apresentar queda ao longo de 2017, o resultado acumulado de doze meses passou a computar moderação nos dois últimos meses. Em suma, o consumo da indústria em maio de 2017 está maior apenas que maio dos anos de 2004 (início da série histórica), 2005, 2006 e 2009; longe do maior consumo recorde observado em maio de 2013.

Segundo a EPE, alguns fatores permanecem desfavoráveis, como: declínio de 9,5% na demanda por crédito das indústrias; queda nas vendas de cimento de 5,5% em maio e 8,9% no ano; recuo nas venda de máquinas e equipamentos de 10,5% em abril e, por fim, a ociosidade do parque industrial de 25% medida pela Fundação Getúlio Vargas.

Quanto à arrecadação de ICMS Energia Elétrica no DF, verificou-se redução real de 1,4% em junho de 2017 com relação ao mesmo mês do ano anterior. Quanto à arrecadação acumulada de 2017 frente a 2016, também houve queda na arrecadação de 8,7%.



COMÉRCIO VAREJISTA

Depois de 38 meses em queda, em maio de 2017 o volume de vendas do comércio varejista ampliado, que inclui as vendas de veículos, motos, peças e materiais de construção, cresceu 4,5% em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pelo IBGE.

No segmento restrito, as vendas no varejo também registraram bons resultados e avançaram 2,4% em maio, na comparação com o mesmo período do ano passado. Neste caso, a venda de móveis e eletrodomésticos cresceu 13,8% e foi o principal impacto positivo no resultado. Segundo o IBGE, esse aumento é explicado pela comemoração do Dia das Mães e também pela queda dos juros.

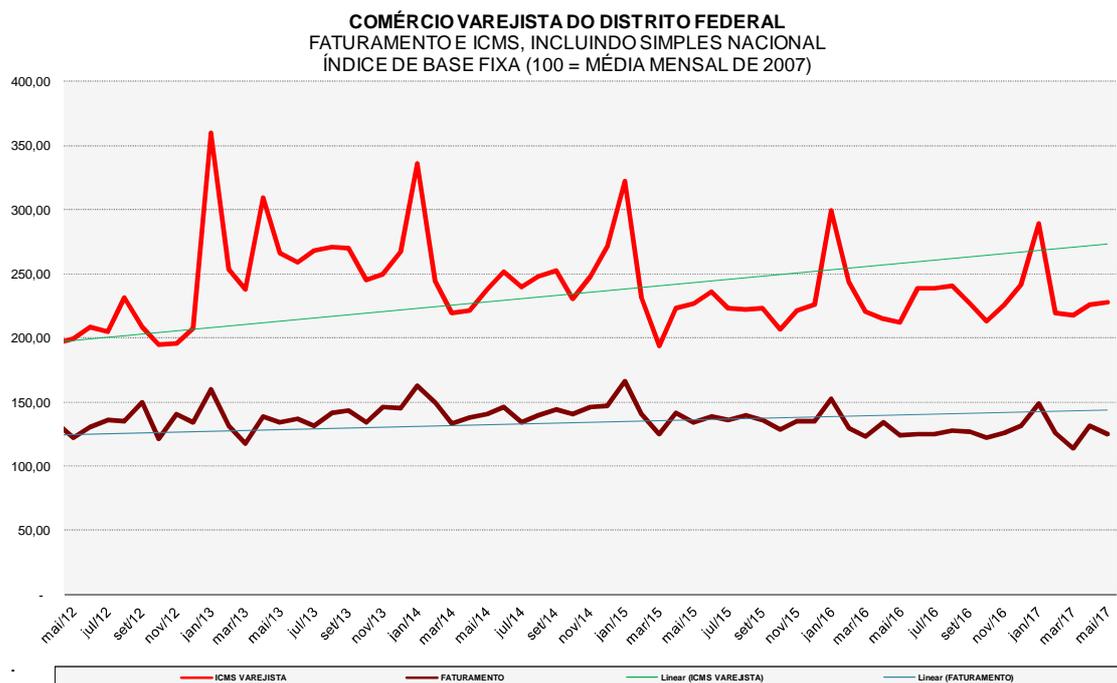
A venda de tecidos, vestuário e calçados foi responsável pela segunda maior contribuição positiva no índice geral do varejo, com alta de 5% em maio frente a igual mês do ano anterior.

Na avaliação da operadora de cartões Mastercard, o Dia das Mães, segunda data comercial mais importante do varejo brasileiro, ajudou a aumentar as vendas em maio. Na semana anterior à comemoração, houve crescimento de 8,2% sobre o período equivalente do ano passado.

Em direção contrária ao desempenho do comércio varejista em âmbito nacional no mês de maio, a arrecadação do ICMS do setor no DF apresentou queda real de 0,8% no mês de junho de 2017 em relação a junho de 2016.

Em relação ao resultado acumulado de 2017, houve decréscimo de 4,6% na mesma base comparativa de 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS mostrou leve aumento em junho com relação às vendas de maio. Na ampliação da análise depreende-se que nos últimos doze meses a receita do varejo apresenta relativa estabilidade, ao passo que a receita nominal de vendas reporta suave declínio.



ICMS BRASIL

Devido à ausência dos dados de ICMS de treze Unidades Federadas, o ICMS Brasil de maio de 2017 só estará presente no Resultado da Arrecadação de julho de 2017.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em junho de 2017 totalizaram R\$ 29,3 milhões, o que representa um acréscimo de 0,61% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimo de 2,9% para o ICMS e queda de 2,3% para o ISS.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Janeiro/2017	21.115.416,27	127.774	14.475.873,97	123.170	35.591.290,24
Fevereiro/2017	15.286.136,36	131.937	11.149.371,97	127.142	26.435.508,33
Março/2017	14.793.500,00	133.170	11.839.172,20	128.703	26.632.672,20
Abril/2016	16.237.489,67	133.626	12.883.705,09	129.533	29.121.194,76
Maior/2016	16.708.899,32	135.212	12.590.670,98	131.484	29.299.570,30
Junho/2017	16.397.095,99	136.413	12.078.087,53	132.815	28.475.183,52

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

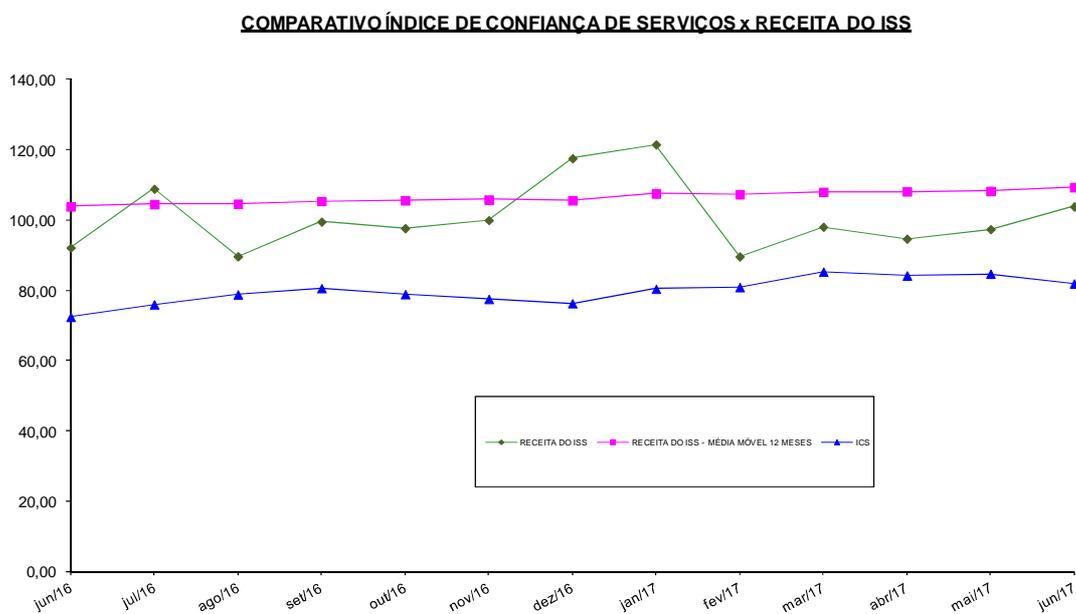
ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de junho de 2017 a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS contabilizou o montante de R\$ 132,6 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 12,7% na arrecadação, correspondente a um aumento real de 9,9%.

No primeiro semestre de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 772,8 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 7,4% e ganho real de 3,1%.

Em ambas as comparações reais utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento desse indicador até junho de 2017 frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



Fonte: SIGGO e IBRE/FGV.

Observa-se na ilustração acima que o Índice de Confiança de Serviços – ICS, após registrar aumento no mês de maio, voltou a apresentar queda no mês de junho, interrompendo a tendência de crescimento que vinha sendo observada a partir de janeiro de 2017. Por sua vez a receita do ISS apresentou aumento em junho com relação ao mês anterior. Ressalte-se que a média móvel da receita do ISS mantém a tendência de aumento verificada desde janeiro de 2017.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015 a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE) passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referentes ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries

históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de junho de 2017, o Cadastro Fiscal do DF possuía 161.918 contribuintes ativos inscritos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

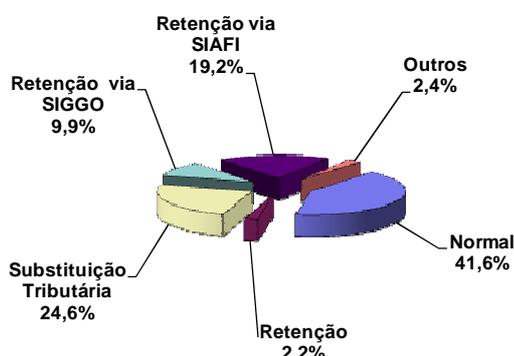
JUNHO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	772	11.466	1.183	2.211	1.220	375	4.011	737	5.089	135	27.199
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.108	16.709	12.359		12.346	4.530	8.003	5.543	20.557	1.747	86.902
5) SIMPLES NACIONAL	2.110	14.949	3.570	36	3.556	1.283	6.137	2.084	11.738	450	45.913
6) Sociedades Uniprofissionais	3	793	6	7	4	1	60	5	70	1	950
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				56							56
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	759	4		1		2		781
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF				65						1	66
TOTAL	7.997	43.930	17.120	3.181	17.130	6.189	18.212	8.369	37.456	2.334	161.918
PARTICIPAÇÃO	4,94%	27,13%	10,57%	1,96%	10,58%	3,82%	11,25%	5,17%	23,13%	1,44%	100,00%

No comparativo com o mês anterior houve uma diminuição de 491 inscrições no total de contribuintes do ISS em decorrência do decréscimo de 1.826 contribuintes do regime Normal, o qual não foi compensado pelos acréscimos do número de contribuintes ocorridos no SIMEI-Microempreendedor Individual e no Simples Nacional. Ressalte-se que enquanto houve uma diminuição de 716 contribuintes de Outra UF - Prestação de Serviço no DF, houve um aumento de 719 de contribuinte de Outra UF (e-commerce).

Em termos de participação por localidade, 27,1% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,1% na circunscrição de Taguatinga e 49,8% nas demais localidades. Do total de inscrições, 16,8% estão no Regime Normal de Apuração, 53,7% no SIMEI, 28,4% no Simples Nacional e apenas 1,1% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em junho de 2017, o ISS Normal respondeu por 41,6% dos ingressos do imposto, a Substituição Tributária por 24,6% e a Retenção via SIAFI por 19,2%.

ISS por Situação de Recolhimento junho de 2017



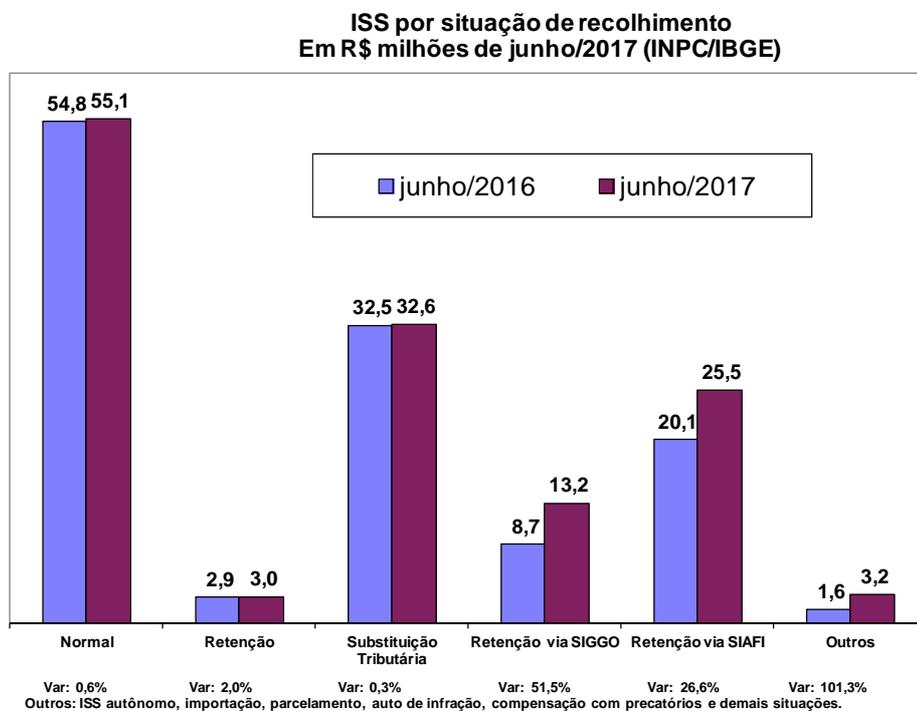
Conforme a tabela abaixo, em junho de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, verifica-se aumento real de todas as modalidades de recolhimento. No 1º semestre de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, houve aumentos reais das modalidades de recolhimento Normal, Retenção, Retenção via SIAFI e Outros, os quais suplantaram as quedas verificadas na Substituição Tributária e na Retenção via SIGGO.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (jun-17)
	jun/16		jun/17		jun/17	jun/16	
	jun/16	jan-jun/16	jun/17	jan-jun/17	jun/17	jan-jun/17	
Normal	54.820	326.263	55.146	331.743	0,6%	1,7%	41,6%
Retenção	2.908	17.545	2.966	18.198	2,0%	3,7%	2,2%
Substituição Tributária	32.531	197.280	32.633	194.313	0,3%	-1,5%	24,6%
Retenção via SIGGO	8.697	60.385	13.176	58.206	51,5%	-3,6%	9,9%
Retenção via SIAFI	20.115	138.327	25.475	155.579	26,6%	12,5%	19,2%
Outros	1.602	11.003	3.225	16.224	101,3%	47,5%	2,4%
Total da Arrecadação	120.672	750.802	132.621	774.264	9,9%	3,1%	100,00%

Fonte: SIGGO
1: Apuração com base no INPC/IBGE.

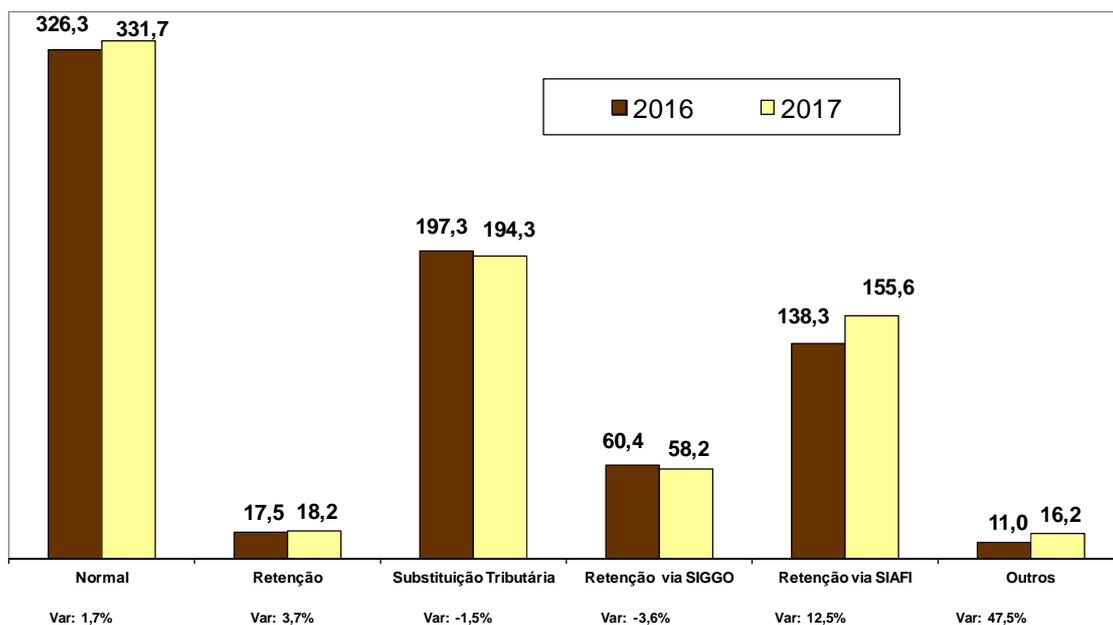
Com relação ao aumento real do ISS de R\$ 11,9 milhões em junho de 2017 em comparação com junho de 2016, verifica-se que esta se deveu principalmente aos aumentos observados nas Retenções via SIAFI (+R\$ 5,4 milhões) e via SIGGO (+R\$ 4,5 milhões). Ainda na comparação mensal

destaca-se o relevante aumento verificado na modalidade de importação (+R\$ 1,5 milhões), integrante do grupo Outros. A figura abaixo ilustra a comparação mensal.

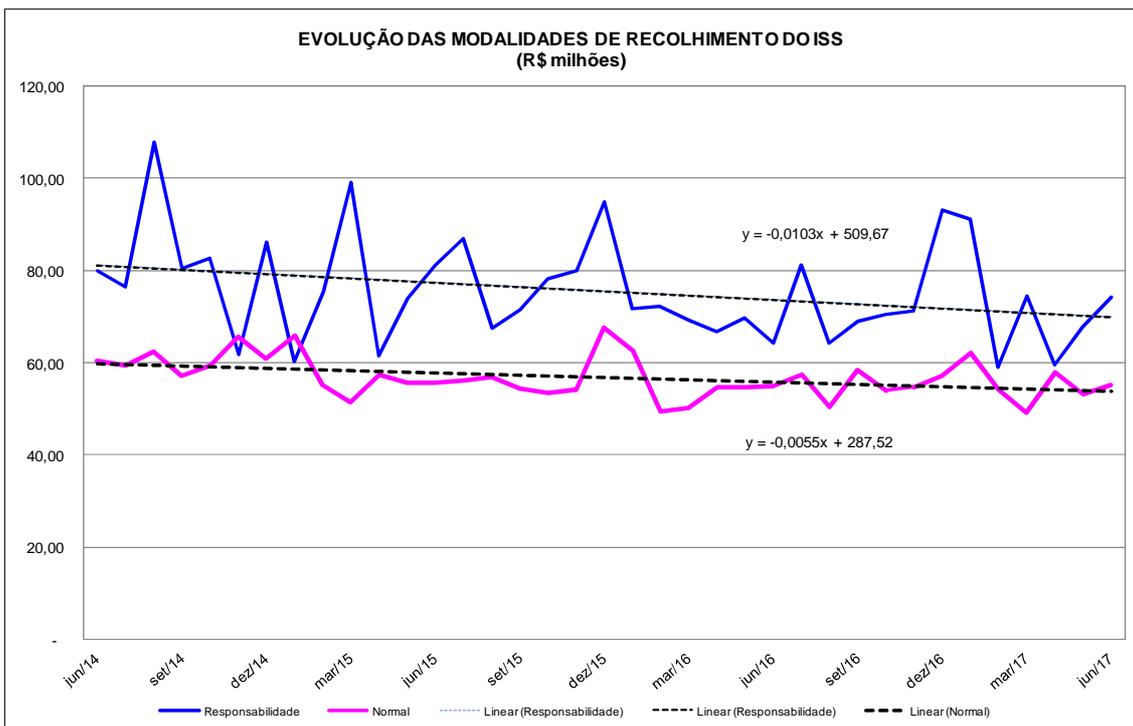


A figura seguinte ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no primeiro semestre de 2017 com a observada no mesmo período do ano anterior pelas principais formas de recolhimento. Depreende-se que houve acréscimo real de receita para a maioria das modalidades, excetuando-se os decréscimos reais da Substituição Tributária (R\$ -3,0 milhões) e da Retenção via SIGGO (-R\$ 2,2 milhões). Dentre os principais acréscimos destacam-se a Retenção Via SIAFI (+R\$ 17,3 milhões) e o ISS Normal (+R\$ 5,5 milhões).

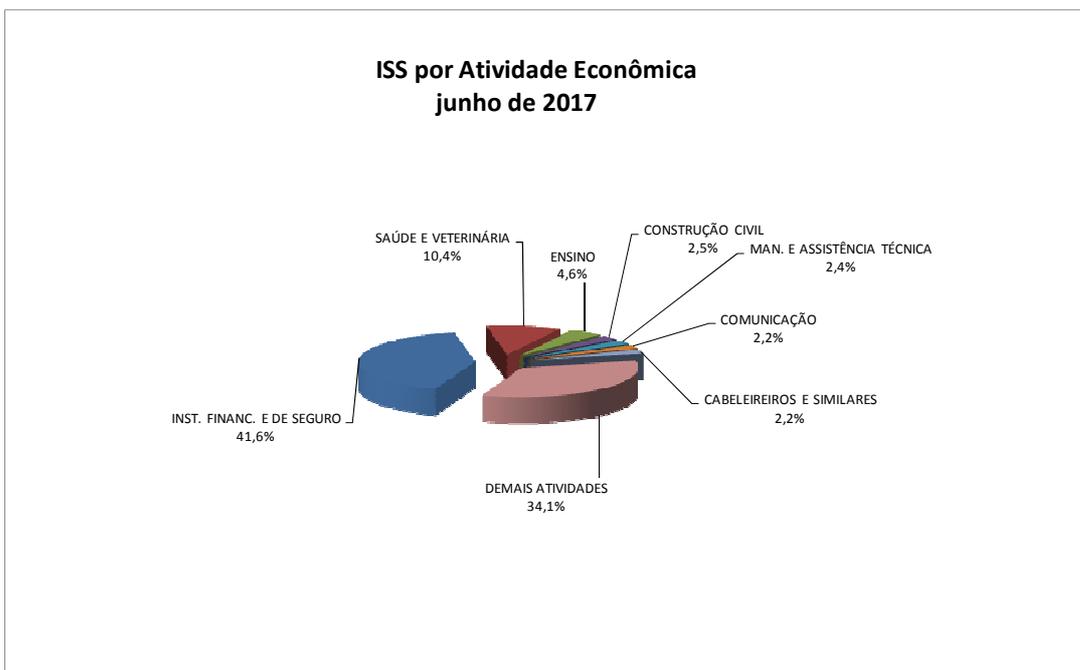
ISS por situação de recolhimento
2017 contra 2016 (acumulado até junho)
Em R\$ milhões de junho/2017 (INPC/IBGE)



O gráfico seguinte mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO), a partir de junho de 2014. Observa-se que nos dados de junho houve aumento tanto do recolhimento Normal como da modalidade sob responsabilidade. Ambas as arrecadações apresentam um comportamento decrescente ao longo do tempo, sendo que a modalidade Normal vem decrescendo mais suavemente.



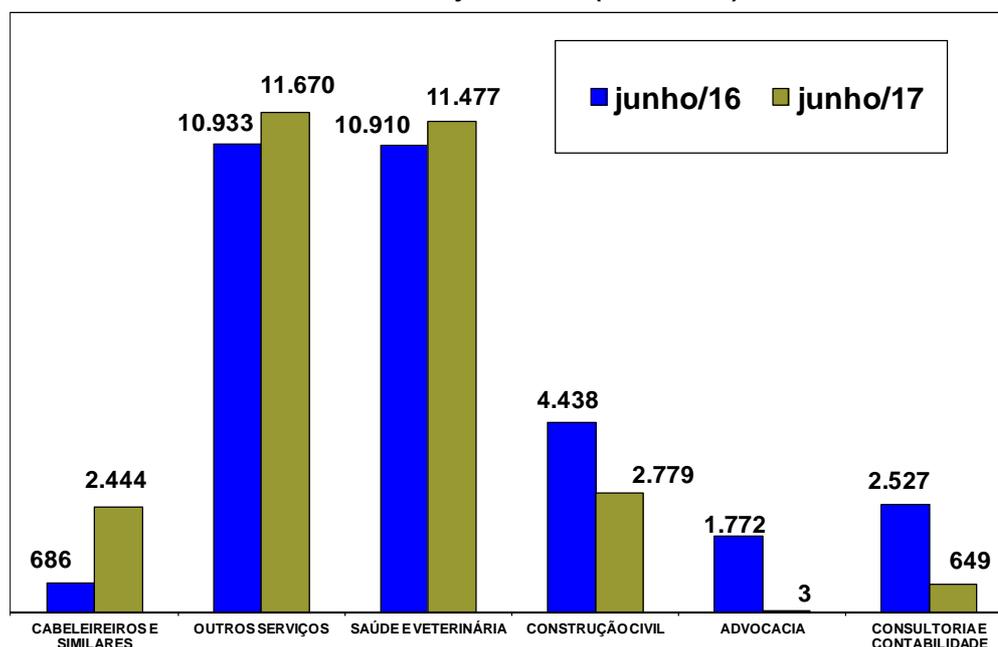
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico, em junho de 2017 verifica-se, pelo gráfico seguinte, que a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro, de 41,6%, seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária (10,4%) e Ensino (4,6%).



Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, na comparação mensal e acumulada. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de junho de 2017 com o correspondente mês do ano anterior verifica-se que os principais acréscimos se deram nas atividades de Cabeleireiros e Similares (+R\$ 1.757,5 mil), Outros Serviços (+R\$ 737,4 mil) e Saúde e Veterinária (+R\$ 567,6 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Construção Civil (-R\$ 1.658,6 mil), Advocacia (-R\$ 1.769,8 mil) e Consultoria e Contabilidade (-R\$ 1.877,2 mil).

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil junho/2017 (INPC/IBGE)**

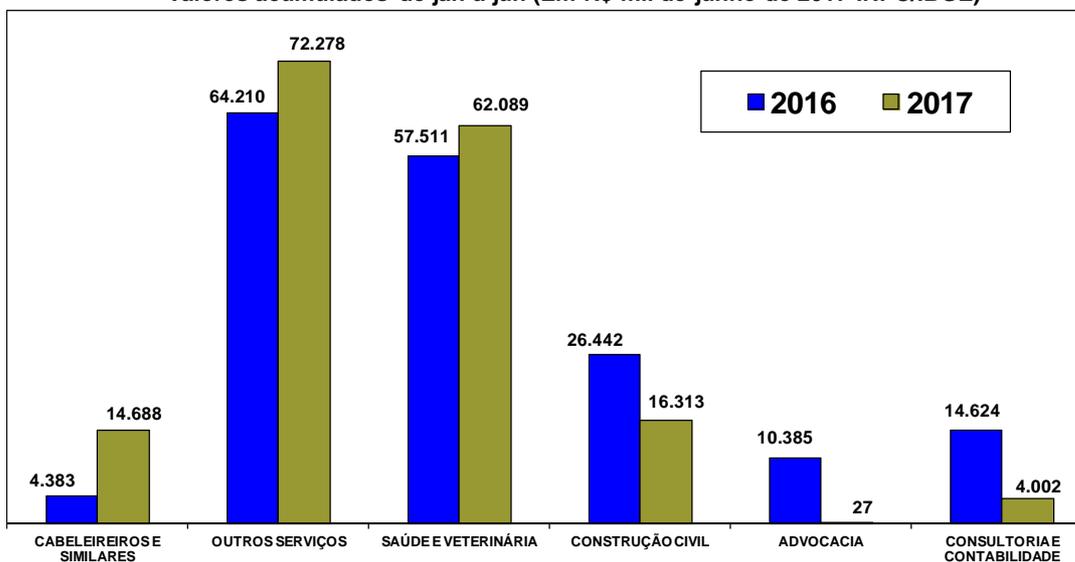


(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação do primeiro semestre de 2017 frente ao primeiro semestre de 2016, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos Cabeleireiros e Similares (+R\$ 10.304,6 mil), Outros Serviços (+R\$ 8.067,6 mil) e Saúde e Veterinária (+R\$ 4.578,3 mil). Por outro lado,

apresentaram decréscimos Construção Civil (-R\$ 10.128,2 mil), Advocacia (-R\$ 10.357,7 mil) e Consultoria e Contabilidade (-R\$ 10.622,0 mil).

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
 *Valores acumulados de jan a jun (Em R\$ mil de junho de 2017-INPC/IBGE)



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(06 junho 2017 – Séries Históricas.xls)